Art. 11.º O n.º 2.º do artigo 27.º do Código do Processo Criminal é substituído pelo seguinte:

2.º «Os chefes do estado maior do exército, dos quartéis gerais e maioria general da armada, os directores gerais e o chefe da Repartição da Secretaria da Guerra que tenha a seu cargo a justiça militar, os inspectores gerais do serviço de saúde e dos serviços administrativos do exército, o inspector do serviço veterinário do exército, o chefe da 4.ª Repartição da Majoria General da Armada, o director das Construções Navais, os promotores de justiça e os defensores officiosos dos tribunais militares».

Art. 12.º A substituição periódica dos presidentes e dos jurados dos tribunais militares territoriais e do tribunal de marinha começará a realizar-se no principio do próximo quadrimestre.

Art. 13.º Em tudo o que, referente às entidades que entrem na constituição dos tribunais militares, não seja regulamentado por este decreto, seguir-se hão as disposições applicáveis do Código do Processo Criminal Militar.

Art. 14.º Fica revogada toda a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 6 de Abril de 1916.—BERNARDINO MACHADO—*António José de Almeida—Brás Mousinho de Albuquerque—Luís Pinto de Mesquita Carvalho—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—Vitor Hugo de Azevedo Coutinho—Augusto Luis Vieira Soares—Francisco José Fernandes Costa—Joaquim Pedro Martins—António Maria da Silva.*

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

LEI N.º 672

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério de Instrução Pública, um crédito especial de 5.100\$, destinado a reforçar a dotação consignada no capítulo 5.º, artigo 37.º, do orçamento deste Ministério, com applicação a material e despesas diversas do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana, durante o ano económico de 1916-1917.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e de Instrução Pública a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 6 de Abril de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*António José de Almeida—Joaquim Pedro Martins.*

DECRETO N.º 3:076

Considerando a necessidade de regulamentar o provimento e promoção do pessoal das Bibliotecas e Arquivos Nacionais;

Considerando que essa regulamentação é necessária para salvaguarda dos interesses do Estado, fazendo entrar nos quadros pessoal devidamente habilitado e que tenha prestado provas da sua competência;

Tendo em vista as disposições do decreto de 18 de Março de 1911 e usando da faculdade que me confere n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

I

Artigo 1.º Os lugares de inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e de inspector das Bibliotecas Po-

pulares e Móveis serão da nomeação do Governo, devendo recair em funcionários superiores das Bibliotecas e Arquivos Nacionais ou em indivíduos estranhos a esse quadro que tenham dado provas de competência para o bom desempenho dos respectivos cargos.

Art. 2.º O quadro da Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais compõe-se de: 1 director, 1 chefe da secção de contabilidade, 1 chefe da secção de expediente, 2 escrivães, 1 contínuo e 1 servente.

Art. 3.º Para o lugar de director da secretaria será promovido o chefe da secção de contabilidade e para o lugar de chefe da secção de contabilidade será promovido o chefe da secção de expediente.

Art. 4.º O lugar de chefe da secção de expediente será provido alternadamente por antiguidade entre os escrivães da Secretaria Geral e por concurso de provas públicas, a que serão admitidos indivíduos habilitados com o curso geral dos liceus e os escrivães e amanuenses dos quadros da Secretaria Geral, do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional de Lisboa e o praticante da Biblioteca da Ajuda.

§ único. Serão motivo de preferência, em igualdade de circunstâncias, a superioridade de habilitações literárias e o maior número de anos de bom serviço público.

Art. 5.º Os lugares de escrivães serão providos por concurso de provas públicas entre indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente.

Art. 6.º O júri dos concursos para chefe da secção de expediente será constituído pelo inspector, pelo director da Secretaria Geral e pelo chefe da secção de contabilidade.

§ 1.º As provas do concurso para chefe da secção de expediente serão:

a) Dissertação escrita, com ponto tirado no acto da prova, sobre legislação respeitante a bibliotecas e arquivos;

b) Redacção de uma informação ou officio sobre os respectivos serviços;

c) Resolução de um problema de contabilidade pública.

§ 2.º As provas do concurso para escrivão serão:

a) Redacção de um officio;

b) Resolução de um problema de contabilidade pública.

Art. 7.º O lugar de contínuo será de promoção entre os serventes dos quadros da Secretaria Geral, da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo Nacional, que tenham bom serviço, sendo motivo de preferência a superioridade de habilitações literárias.

II

Art. 8.º O quadro do pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa compõe-se de: 1 director; 6 primeiros bibliotecários; 4 segundos bibliotecários; 2 bibliotecárias; 1 amanuense paleógrafo; 3 primeiros amanuenses; 4 segundos amanuenses; 1 chefe do pessoal menor; 2 primeiros contínuos; 6 segundos contínuos; 1 porteiro; 1 ajudante de porteiro e 7 serventes.

Art. 9.º O lugar de director será da escolha do Governo, devendo recair em funcionários superiores da Biblioteca Nacional ou num estranho a esse quadro que tenha dado provas de competência para o desempenho do cargo.

Art. 10.º Aos lugares de primeiros bibliotecários serão promovidos por antiguidade os segundos bibliotecários.

Art. 11.º Os lugares de segundos bibliotecários serão providos por concurso de provas públicas, sendo esse concurso alternadamente aberto, de uma vez, só para o amanuense paleógrafo, primeiros e segundos amanuenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e praticante da Biblioteca da Ajuda com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço, e de outra para indivíduos habilitados com um curso superior, podendo também concorrer os aludidos

funcionários nas mesmas condições ou indivíduos habilitados com o curso complementar de ciências ou letras, que já tenham prestado serviço como interinos.

Art. 12.º O júri d'este concurso será constituído, sob a presidência do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, pelo director e três bibliotecários da Biblioteca Nacional, entre os quais o professor de bibliologia do curso superior de bibliotecário-arquivista e o professor de biblioteconomia do estágio para arquivistas.

§ 1.º As provas serão as seguintes:

a) Apresentação de uma dissertação manuscrita ou impressa sobre assunto respeitante ao serviço de bibliotecas, à escolha do candidato;

b) Dissertação escrita, com ponto tirado no acto da prova, sobre bibliologia ou de administração aplicada aos serviços de bibliotecas;

c) Extracção e classificação de verbetes dalgumas obras impressas em idiomas e sobre assuntos diversos;

d) Descrição de um manuscrito, de uma gravura ou moeda;

e) Discussão durante uma hora sobre os assuntos das dissertações.

§ 2.º Em igualdade de classificação, serão motivos de preferência para a nomeação dos candidatos, a carta do curso superior de bibliotecário-arquivista, o diploma do estágio para arquivistas, o ser já funcionário do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa e serviços prestados em bibliotecas públicas do Estado ou municipais.

Art. 13.º Os lugares de bibliotecárias serão providos por concurso de provas públicas em senhoras, habilitadas com o curso complementar de letras ou ciências dos liceus.

§ único. As provas d'este concurso serão:

a) Dissertação escrita, com ponto tirado no acto da prova, sobre assuntos biblioteconómicos;

b) Extracção de verbetes de várias obras.

Art. 14.º O lugar de amanuense paleógrafo será provido por concurso de provas públicas entre os primeiros amanuenses da Biblioteca Nacional que apresentarem carta de exame de paleografia do curso superior de bibliotecário-arquivista ou diploma do estágio para arquivista.

§ 1.º Quando entre os primeiros amanuenses não haja indivíduos habilitados com esse exame, serão admitidos ao concurso quaisquer funcionários dos quadros das Bibliotecas e Arquivos Nacionais que tenham essas habilitações.

§ 2.º As provas constarão de:

a) Transcrição de um documento anterior ao século XVIII e redacção do respectivo sumário;

b) Descrição de um códice não datado;

c) Dissertação escrita sobre um ponto prático de arquivologia.

Art. 15.º Aos lugares de primeiros amanuenses serão promovidos, por ordem de antiguidade, os segundos amanuenses.

Art. 16.º Para o provimento dos lugares de segundos amanuenses será aberto concurso para indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente, sem prejuízo das disposições da lei de 26 de Maio de 1911.

§ único. As provas para este concurso serão as seguintes:

a) Redacção de um officio;

b) Extracção de verbetes de livros em português ou francês.

Art. 17.º O lugar de chefe do pessoal menor é de promoção, por ordem de antiguidade, entre os primeiros continuos e para os lugares de primeiros continuos serão promovidos, também por antiguidade, os segundos continuos.

Art. 18.º Os lugares de segundos continuos serão providos por concurso de provas públicas entre indivíduos

habilitados com exame de instrução primária do 2.º grau e conhecimento da língua francesa.

§ 1.º As provas serão:

a) Tradução dum trecho em francês;

b) Procura de várias obras nos catálogos e nas estantes.

§ 3.º Serão preferidos, em igualdade de circunstâncias, os candidatos que já forem funcionários da Biblioteca Nacional.

Art. 19.º Ao lugar de porteiro será promovido o ajudante de porteiro.

III

Art. 20.º O lugar de official bibliógrafo da Biblioteca da Ajuda será provido nos termos dos artigos 11.º e 12.º do presente decreto; e o lugar de praticante da mesma Biblioteca nos termos do artigo 16.º

Art. 21.º Para os lugares de director e bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora serão nomeados, sob proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, indivíduos com um curso superior ou professor de qualquer instituto de instrução de Évora, sendo preferido o que apresentar diploma de um curso de especialidade.

§ único. Para o lugar de director poderá, quando nisso houver conveniência, ser nomeado, em comissão temporária, um bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, ou um conservador do Arquivo Nacional, tendo direito ao seu vencimento e à respectiva gratificação de director.

Art. 22.º O amanuense-arquivista do Arquivo Distrital de Évora será nomeado pelo Governo, sob proposta feita à Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos pelo director da Biblioteca Pública de Évora, de acordo com o presidente da Comissão Executiva do Município.

Art. 23.º O lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública de Braga será provido por concurso de provas públicas, nos termos dos artigos 11.º e 12.º e seus parágrafos.

Art. 24.º Os lugares de directores das Bibliotecas de Castelo Branco, Vila Real e Ponta Delgada serão providos, sob proposta do inspector, nos termos do artigo 21.º

Art. 25.º No lugar de bibliotecário-arquivista da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria será provido um professor do Liceu de Leiria, indicado ao Governo pelo inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e os lugares de amanuense e continuo dos mesmos estabelecimentos serão providos mediante proposta da Câmara de Leiria ao referido inspector.

IV

Art. 26.º Nos lugares de director da Biblioteca Pública de Bragança e de conservador do Arquivo Distrital da mesma cidade serão providos professores do Liceu de Bragança, indicados ao Governo pelo inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, sendo os continuos dos mesmos estabelecimentos nomeados sob proposta dos directores à referida Inspecção.

Art. 27.º O quadro do pessoal do Arquivo Nacional compõe-se de: 1 director; 3 primeiros conservadores; 2 segundos conservadores; 2 ajudantes de conservador; 4 primeiros escriptorários; 2 segundos escriptorários; 1 porteiro; 1 continuo e 4 serventes.

Art. 28.º Para o lugar de director será promovido um primeiro conservador, nomeado sob proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

Art. 29.º Os lugares de primeiros conservadores são de promoção entre os segundos conservadores, por ordem de antiguidade.

Art. 30.º Os lugares de segundos conservadores serão providos por concurso de provas públicas, sendo esse concurso alternadamente aberto, duma vez, só para os ajudantes de conservador e para os primeiros e segundos escriptorários do Arquivo Nacional com mais de cinco

anos de bom e efectivo serviço, e da outra, para indivíduos habilitados com um curso superior, podendo também concorrer os aludidos funcionários nas mesmas condições.

Art. 31.º O júri deste concurso será constituído, sob a presidência do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos pelo director do Arquivo Nacional e pelos professores das cadeiras de diplomática e paleografia do curso superior de bibliotecário-arquivista e da cadeira de arquivologia do estágio para arquivistas

§ 1.º As provas serão as seguintes:

a) Apresentação de uma dissertação manuscrita ou impressa sobre assunto respeitante ao serviço dos Arquivos, à escolha do candidato;

b) Dissertação escrita, com ponto tirado no acto da prova, sobre um ponto de diplomática ou arquivologia;

c) Cópia diplomática de dois documentos, um em latim e outro em português, e respectivos sumários;

d) Determinação dos caracteres da autenticidade ou falsidade dum documento;

e) Determinação da época dum códice ou dum documento não datado;

f) Discussão, durante uma hora, sobre os assuntos das dissertações.

§ 2.º Em igualdade de classificação serão motivos de preferência para a nomeação dos candidatos a carta do curso superior de bibliotecário-arquivista, o diploma do estágio para arquivistas, o ser já funcionário do Arquivo Nacional e ter serviços prestados em arquivos públicos do Estado ou municipais.

Art. 32.º Para os lugares de ajudantes de conservador serão promovidos os primeiros escriturários e para estes lugares os segundos escriturários, ambos por ordem de antiguidade.

Art. 33.º Os lugares de segundos escriturários serão providos em concurso de provas públicas em indivíduos habilitados com o curso de carácter secundário.

§ único. As provas deste concurso serão:

a) Redacção de um officio;

b) Taanscrição e sumariação de um documento em lingua portuguesa.

Art. 34.º Para o lugar de porteiro será aberto concurso nos termos do regulamento de 14 de Junho de 1902.

Art. 35.º Para os lugares de serventes dos quadros da Secretaria Geral, da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo Nacional serão nomeados, sob proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, indivíduos, que se encontrem habilitados com o exame de instrução primária elementar do 1.º grau.

Art. 36.º Os júris, que não vão especificadamente designados neste decreto, serão de proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, podendo essa nomeação recair em quaisquer funcionários dos estabelecimentos dependentes da Inspeção.

Art. 37.º Logo que ocorra uma vaga o inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos imediatamente o comunicará ao Ministério de Instrução Pública, propondo o preenchimento dela ou a abertura de concurso, nos termos do presente decreto.

Art. 38.º Para todos os efeitos são considerados como lugares técnicos os dos contínuos e todos os de categoria superior dos quadros das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, podendo unicamente esses lugares ser providos nos termos do presente decreto e mais legislação em vigor.

Art. 39.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 6 de Abril de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Joaquim Pedro Martins*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 3:077

Sob proposta do Ministro de Instrução Pública, com fundamento na autorização concedida ao Instituto Superior de Agronomia pela lei n.º 660, de 20 de Março de 1917, concernente à conclusão do edificio destinado ao funcionamento deste estabelecimento scientifico, instalação do seu anfiteatro, biblioteca, laboratórios, museus, aulas e oficinas;

Usando da faculdade concedida ao Governo pela alínea h) do n.º 10.º do artigo 34.º da terceira carta de lei de 9 de Setembro de 1908, e nos termos do artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar que no Ministério das Finanças, guardadas as prescrições do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, seja aberto, a favor do Ministério de Instrução Pública, um crédito especial, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, da quantia de 70.000\$, importância do empréstimo contraído na Caixa Geral de Depósitos, nos termos da citada lei n.º 660, de 20 de Março de 1917, que será entregue no Banco de Portugal, como Caixa Geral do Tesouro, a fim de ocorrer, no ano económico de 1916-1917, às despesas com a conclusão do edificio do Instituto Superior de Agronomia, instalação do seu anfiteatro, biblioteca e demais dependências do mesmo estabelecimento.

A importância deste crédito será descrita no capítulo 15.º, artigo 119.º, da despesa extraordinária do orçamento do Ministério de Instrução Pública, aprovado para o ano económico de 1916-1917, sob a rubrica seguinte:

«Conclusão do edificio do Instituto Superior de Agronomia 70.000\$00»

devido escriturar-se em receita a importância correspondente às despesas que mensalmente se forem efectuando sob a seguinte epigrafe: «Produto do empréstimo realizado pelo contrato de 31 de Março de 1917, nos termos da lei n.º 660, de 20 de Março de 1917».

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou este crédito nos termos legais de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 6 de Abril de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida — Brás Mousinho de Albuquerque — Luis de Mesquita Carvalho — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Augusto Luis Vieira Soares — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — António Maria da Silva.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

3.ª Repartição

DECRETO N.º 3:078

Tendo-se reconhecido a necessidade de se alterarem as disposições do regulamento para o serviço de encomendas postais, nacionais e internacionais, aprovado por decreto de 22 de Agosto de 1911;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 266.º do decreto-lei de 24 de Maio de 1911:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho e Previdéncia Social, decretar que as classes de encomendas postais, a que se refere o artigo 2.º do citado regulamento, sejam reduzidas às seguintes:

a) Registadas;